



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA**

Req: VANILDO OLIVEIRA BRITO
Ass: MEMO Nº 046/2016 - GDPG, SOLIC
Data e hora: 28/04/2016 13:04
Destino: GEATI
Número: 00006.001511/2016-0



MEMORANDO Nº 046/2016 - GDPG

DATA: 27/4/2016

DESTINO: GEATI/DPPB

ASSUNTO: Solicita livros

Senhora Gerente,

Determino a Vossa Senhoria aquisição de 250 (duzentos e cinquenta) exemplares de livros contendo as mudanças do novo Código de Processo Civil, em volume único/2016.

Sem mais para o momento, apresentamos protestos de consideração e estima.

Atenciosamente,


Vanildo Oliveira Brito

Defensor Público Geral do Estado

**PROTOCOLO
RECEBIDO**

EM 28, 04, 16
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO


Eliane Batista de Almeida
Protocolo - DPPB
Mat. 93.686 - 3

CNPJ:61.365.284.0010-03

R. Manoel Arruda Cavalcante 805

Telefone – (83) 2106-6270

Email – 1110ger@saraiva.com.br



ORÇAMENTO

A/C: Defensoria Pública do Estado da Paraíba

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO LIVRO	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	Livro – Processo Civil Volume único. 8ª edição- 2016- Revista Ampliada e Atualizada (9320112)	250	R\$ 139,90	R\$ 34.975,00
			Total c/ Desconto	R\$ 31.477,50

Validade da proposta – 15 dias

João Pessoa, 07 Maio de 2016.

Angélica Costa
Gerente
Saraiva e Siciliano
Mat. 124087

Angélica Costa
Saraiva e Siciliano S/A
Gerente de Loja

ORÇAMENTO



DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
PROCESSO CIVIL VOL. ÚNICO 8ª EDIÇÃO 2016 AUTORES: RINALDO MOUZALAS / JOÃO OTAVIOTERCEIRO NETO / EDUARDO MADRUGA	250	139,90
VALOR TOTAL		34.975,00

VALIDADE DA PROPOSTA: 15 DIAS

SARAIVA E SICILIANO S/A

CNPJ: 61.365.284\0010-03

RUA MANOEL ARRUDA CAVALCANTI 805

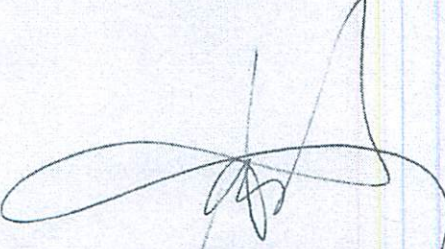
LOJA S 201 B 1º ANDAR

83 2106-6270

83 2106-6271

L110sac@saraiva.com.br

L110ger@saraiva.com.br


Angélica Costa
Gerente
Saraiva e Siciliano
Mat. 124087



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA

MODELO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA



PROCESSO: 1511/2016-0

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVRO, CONFORME DETALHAMENTO ABAIXO:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
LIVRO PROCESSO CIVIL, VOLUME UNITO, 08 EDIÇÃO/2016. AUTORES: RINALDO MOUZALAS/JOÃO OTAVIO TERCEIRO NETO, EDUARDO MADRUGA.	250	R\$ 130,00.
VALOR TOTAL		32.500,00.

Validade da Proposta: 30 DIAS.

Nome/Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço Completo: _____

Telefone: (83) 3576 5573 Email: _____

Assinatura: _____

CNPJ 14.393.439/0001-36

JCR Comércio e Distribuição de Livros Ltda-ME

Praça 1617, 88 - Sala I - Galeria Poeta Augusto dos Anjos

Centro - CEP 58013-010

João Pessoa - PB



EDITORA
*Jus***PODIVM**

Rua Presidente Costa Pereira, 157 - Mossoró
CEP:03108 -040-Tel 3806 0202 / 3806 0203
CNPJ 06.179.157/0003-74 INS.EST.140.286.2



São Paulo, 09 de Maio de 2016.

À
Defensoria Pública de Paraíba
A/C Srta. Carla

Conforme solicitado segue o orçamento de 250 exemplares do livro abaixo.

PROCESSO CIVIL – VOLUME UNITO

08 EDIÇÃO - 2016

ISBN: 9788544209936

AUTORES: RINALDO MOUZALAS / JOÃO OTAVIO TERCEIRO NETO / EDUARDO MADRUGA

Valor de Capa:

R\$ 139,90

VALOR TOTAL 250 EXEMPLARES: R\$ 34.975,00

DESCONTO: 40%

VALOR LIQUIDO COM DESCONTO: R\$ 20.985,00

VALIDADE DO ORÇAMENTO 30 DIAS

Atenciosamente,



Lucio de Sousa
Editora Juspodivm
Gerente Comercial



**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DA PARAÍBA**

RELATÓRIO DE COTAÇÃO

Item	Unidade	Descrição	Quant	EDITORA JURIDICA DA BAHIA LTDA EMPRESA I	LIVRARIA DO LUIZ EMPRESA II	LIVRARIA SARAIVA EMPRESA III
1	UND	LIVRO - PROCESSO CIVIL VOL.ÚNICO, 8ª EDIÇÃO, 2016. AUTORES: RINALDO MOUZALAS/JOÃO OTAVIO TERCEIRO NETO/ EDUARDO MADRUGA.	250	83,94	130,00	139,90
		TOTAL		20985,00	32.500,00	31477,50

João Pessoa/PB, 09 de maio de 2016.


Carla Emília S. Formiga Barros
Gerente GEATI





**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA**



FOLHA DE DESPACHO / INFORMAÇÕES

Ofício nº 1511/2015-0

Interessado: Gabinete do Defensor Público - Geral.

Assunto: Solicitação de aquisição de livros.

Ao Defensor Público Geral,

Informamos que foi consultada algumas obras relativas às mudanças do Novo Código de Processo Civil e que diante do vasto conhecimento sobre o assunto, apresentado no currículo de Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, em anexo, como único paraibano a participar da comissão de elaboração do novo CPC, bem como diante da sua disponibilidade em proferir palestra gratuita para esta Defensoria Pública sobre as principais mudanças do novo CPC, sugerimos a aquisição de sua obra "Processo Civil, Volume Único, 8ª Edição, 2016, Autores: Rinaldo Mouzalas/ João Otávio Terceiro Neto e Eduardo Madruga", diretamente a Editora JusPODIVM, por inexigibilidade de licitação, uma vez que esta detém exclusividade com o autor e apresentou o melhor preço de mercado.

João Pessoa, 09 de maio de 2016.


CARLA EMÍLIA S. FORMIGA BARROS
GERENTE DA GEATI

*Autorizo a aquisição de
238 exemplares.
João Pessoa, 03/05/16
Vanildo Oliveira Brito
Defensor Público Geral*



E-mail



Catálogo de endereços



Configurações



Alterar senha



Sair



Mover para...

Pastas

Caixa de entrada (21)

Enviados

Lixeira

Rascunhos

Assunto DEFENSORIA PÚBLICA PB | Currículo e apresentação

De Rinaldo Mouzalas Advogados

Para carla.geati@defensoria.pb.gov.br

Data Hoje 13:48

Para proteger sua privacidade, as imagens remotas desta mensagem foram bloqueadas. [Exibir imagens](#)

Prezada Carla Emília,

Conforme solicitação, segue link do currículo lattes (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4242763U8>), cujo resumo consta abaixo.

Na ocasião, comprometo-me em ministrar (sem custos adicionais) uma palestra em apresentação do livro, a abordar as principais mudanças do novo Código de Processo Civil.

Att., Rinaldo Mouzalas.

CURRÍCULO

RINALDO MOUZALAS

Mestre em Processo e Cidadania pela Universidade Católica de Pernambuco. Especialista em Processo Civil pela Universidade Potiguar. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal da Paraíba.

Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Membro da Associação Brasileira de Direito Processual. Membro da Associação Norte e Nordeste dos Professores de Processo. Membro da Academia Paraibana de Letras Jurídicas. Membro da Academia Paraibana de Letras Jurídicas.

Professor da Universidade Federal da Paraíba, do Centro Universitário de João Pessoa, da Faculdade de Ensino

« Mensagem 1 de 2 »





Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7928915877118269>
Última atualização do currículo em 26/02/2016

Advogado sócio do escritório Mouzalas, Borba & Azevedo Advogados Associados. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Professor da Universidade Federal da Paraíba, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, da Escola Superior da Advocacia da Paraíba e da Fundação Escola Superior do Ministério Público da Paraíba. Consultor jurídico do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Prestou consultoria na Câmara dos Deputados na elaboração do Projeto do Novo Código de Processo Civil. Professor integrante das Bancas de Elaboração e Recursal do Exame de Ordem Unificado. Secretário-adjunto do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Membro da Associação Norte e Nordeste dos Professores de Processo. Membro da Associação Brasileira de Direito Processual. Membro da Academia Paraibana de Letras Jurídicas. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva
Nome em citações bibliográficas	SILVA, R. M. S.

Endereço



Formação acadêmica/titulação

2011 - 2013

Mestrado em Direito (Conceito CAPES 4).
Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP, Brasil.
Título: Executividade da Sentença de "Improcedência" Proferida no Processo Civil, Ano de Obtenção: 2013.
Orientador:  Leonardo Carneiro da Cunha.
Coorientador: Lúcio Grassi Gouveia.

2005 - 2006

Especialização em Direito Processual Civil. (Carga Horária: 360h).
Universidade Potiguar, UnP, Brasil.
Título: Aspectos Polêmicos do Julgamento Imediato do Mérito.
Orientador: Isabelle Coutinho Dantas.

2000 - 2002

Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais.
Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

1997 interrompida

Graduação interrompida em 2000 em Engenharia Civil.
Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.
Ano de interrupção: 2000

Atuação Profissional

Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor Assistente, Carga horária: 40

Vínculo institucional

2014 - 2015

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor Substituto, Carga horária: 40

Academia Paraibana de Letras Jurídicas, APLJ, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - Atual

Vínculo: Acadêmico, Enquadramento Funcional: Acadêmico

Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2012

Vínculo: Estágio de Docência, Enquadramento Funcional: Estágio de Docência, Carga horária: 6



Escola Superior da Advocacia da Paraíba, ESA/PB, Brasil.**Vínculo institucional**

2012 - Atual

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Professor

Associa Norte e Nordeste dos Professores de Processo, ANNEP, Brasil.**Vínculo institucional**

2012 - Atual

Vínculo: Membro Efetivo, Enquadramento Funcional: Membro Efetivo, Carga horária: 1

Escola Brasileira de Ensino Jurídico pela Internet, EBEJI, Brasil.**Vínculo institucional**

2011 - Atual

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Professor

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, CFOAB, Brasil.**Vínculo institucional**

2011 - Atual

Vínculo: Voluntário, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico, Carga horária: 1

Ministério Público do Estado da Paraíba, MPPB, Brasil.**Vínculo institucional**

2010 - 2012

Vínculo: Voluntário, Enquadramento Funcional: Cons. Gestor Fundo Especial Direitos Difusos

Faculdades de Ensino Superior da Paraíba, FESP, Brasil.**Vínculo institucional**

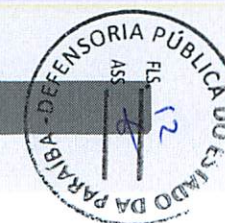
2009 - 2013

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 40

Estado da Paraíba, PB, Brasil.**Vínculo institucional**

2009 - 2011

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico, Carga horária: 40

Instituto de Educação Superior da Paraíba, IESP, Brasil.**Vínculo institucional**

2008 - 2015

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 16

Fundação Escola Superior do Ministério Público da Paraíba, FESMIP/PB, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor

INPER Instituto Paraibano de Ensino Renovado, INPER, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2009

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 40

Secretaria de Saúde do Município de João Pessoa, SESAU/JPA, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2009

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Consultor jurídico, Carga horária: 40

Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Paraíba, OAB/PB, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - Atual

Vínculo: Advogado, Enquadramento Funcional: Advogado

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor

Instituto Brasileiro de Direito Processual, IBDP, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual

Vínculo: Secretário-adjunto, Enquadramento Funcional: Colaborador

Associação Brasileira de Direito Processual, ABDPRO, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual

Vínculo: Membro, Enquadramento Funcional: Colaborador



Projetos de pesquisa

2013 - 2013

Petição Filmada

Descrição: Projeto de Iniciação Científica.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (4) .

2013 - 2013

Integrantes: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva - Coordenador.

Execução das Sentenças Declaratórias

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) .

2013 - 2013

Integrantes: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva - Coordenador.

Meios Atípicos de Prova

Descrição: Projeto de Iniciação Científica.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

2009 - Atual

Integrantes: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva - Coordenador.

Fatores que influenciam o juiz na valoração dos meios de prova

Descrição: O projeto tem por objetivo estudar cada um dos meios de prova e fatores que influenciam o juiz na apreciação de cada um daqueles..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (6) .

Integrantes: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva - Coordenador.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Processual Civil.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Privado/Especialidade: Direito Civil.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito do Consumidor.



Idiomas

Português	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Inglês	Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.
Espanhol	Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.
Italiano	Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

2014	1º Lugar Concurso de Professor Efetivo (Direito Civil e Processual Civil), UFPB - Universidade Federal da Paraíba.
2013	1º Lugar Concurso de Professor Substituto (Processo Coletivo e Prática Forense), UFPB - Universidade Federal da Paraíba.
2006	Melhor Advogado Processualista Civil, Associação dos Advogados de Campina Grande.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. **SILVA, R. M. S.**; ATAIDE, J. R. . Distribuição do Ônus da Prova por Convenção Processual. Revista de Processo, v. 239, p. 397, 2015.
2. **SILVA, R. M. S.**. Delimitação do objeto litigioso do processo: análise das principais teorias difundidas no Brasil. Revista de Processo, v. 228, p. 123-140, 2014.
3. **SILVA, R. M. S.**. Honorários Advocatícios de Sucumbência Recursal. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2014.
Citações: **SCOPUS** 2
4. **SILVA, R. M. S.**. Mérito: análise das principais teorias de delimitação. Jus Navigandi, v. 1, p. 1, 2014.
Citações: **SCOPUS** 2
5. **SILVA, R. M. S.**. Honorários Advocatícios de Sucumbência Recursal. Revista Eletrônica de Direito Processual, v. XIII, p. 1, 2014.
6. **SILVA, R. M. S.**. Sentença de improcedência: apresentação e análise dos principais argumentos favoráveis e contrários à sua executividade. Revista de Processo, v. 232, p. 25, 2014.



7. **SILVA, R. M. S.**. Duplicidade da ação declaratória: Certificação por contraditoriedade. Revista de Processo, v. 237, p. 1, 2014.
8. **SILVA, R. M. S.**. O Incidente de Uniformização dos Arts. 476 a 479 do Código de Processo Civil. Juris Plenum Ouro, v. 22, p. 1-42, 2011.
9. **SILVA, R. M. S.**. Ação rescisória: fortalecendo a necessidade de revisão da Súmula 343 do STF face às disposições normativas do novo Código de Processo Civil. Jus Navigandi (Online), v. 1, p. 1-1, 2010.
Citações: SCOPUS 2
10. **SILVA, R. M. S.**. Ação Rescisória: fortalecendo a necessidade de revisão da súmula 343 do STF pelas disposições normativas do Novo Código de Processo Civil. Juris Plenum Ouro, v. 16, p. 1-32, 2010.
11. **SILVA, R. M. S.**. A subjetividade do Ônus Objetivo da Prova. Jus Navigandi (Online), v. 2176, p. 2176, 2009.
12. **SILVA, R. M. S.**. O subjetivismo do Ônus Objetivo da Prova. Juris Plenum Ouro, v. 16, p. 1, 2009.
13. **SILVA, R. M. S.**. A Vigência do Caput do art. 7º da Lei nº 9.099/95 frente à Nova Redação do art. 93, I, da Constituição Federal dada pela EC nº 45/04. Juris Plenum Ouro, v. 107, p. 1, 2009.
14. **SILVA, R. M. S.**. Restrição do crédito nas relações de consumo: necessidade de comunicação pessoal do devedor. Jus Navigandi (Online), v. 92, p. 92, 2008.
15. **SILVA, R. M. S.**. Uma breve análise do art. 543-C do CPC. Jus Navigandi (Teresina), v. 1778, p. 1778, 2008.
16. **SILVA, R. M. S.**. A moratória do art. 745-A do CPC: sua aplicação às demandas cognitivas condenatórias. Jus Navigandi (Teresina), v. 1, p. 1-2, 2008.
Citações: SCOPUS 2
17. **SILVA, R. M. S.**. A vigência do "caput" do art. 7º da Lei nº 9.099/95 frente à nova redação do art. 93, I, da Constituição Federal dada pela EC nº 45/04. Jus Navigandi (Teresina), v. 1334, p. 1334, 2007.
18. **SILVA, R. M. S.**. Impossibilidade de pagamento do vencimento em valor inferior ao salário mínimo: desrespeito ao princípio da legalidade e ao caráter contributivo dos sistemas previdenciários. Jus Navigandi (Teresina), v. 1351, p. 1351, 2007.
19. **SILVA, R. M. S.**. Restrição do crédito nas relações de consumo: necessidade de comunicação pessoal do devedor. Jus Navigandi (Online), v. 92, p. 92, 2007.
20. **SILVA, R. M. S.**. A competência para julgamento das medidas cautelares nos termos do parágrafo único do art. 800 do CPC. Jus Navigandi (Teresina), v. 1263, p. 1263, 2006.
21. **SILVA, R. M. S.**. Agravo de instrumento: análise dos pressupostos necessários para suspender imediatamente a decisão proferida pelo juízo "a quo", que defere medida liminar. Jus Navigandi (Teresina), v. 1224, p. 1224, 2006.
22. **SILVA, R. M. S.**. Foro de eleição: possibilidade de alteração por vontade unilateral da parte proponente para o foro do domicílio da parte proposta. Jus Navigandi (Teresina), v. 1253, p. 1253, 2006.
23. **SILVA, R. M. S.**. Aspectos polêmicos do julgamento imediato do mérito. Jus Navigandi (Teresina), v. 1177, p. 1177, 2006.
24. **SILVA, R. M. S.**. Litisconsórcio passivo necessário e concurso público: a desnecessidade de sua formação nas demandas judiciais que atacam atos de presidentes de comissão do certame. Jus Navigandi (Online), v. 92, p. 92, 2006.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **SILVA, R. M. S.**. Improcedência. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2015. v. 1. 552p .
2. **SILVA, R. M. S.**. Processo Civil. 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2014. v. 1. 1164p .



3. **SILVA, R. M. S.**. 2614 Dicas para Ler na Semana de Prova. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2014. v. 1. 395p .
4. **SILVA, R. M. S.**. Direito Processual Civil. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2014. v. 1. 340p .
5. **SILVA, R. M. S.**. Processo Civil. 6. ed. Salvador: JusPodivm, 2013. v. 1. 1226p .
6. **SILVA, R. M. S.**. Processo Civil. 5. ed. Salvador: JusPodivm, 2012. v. 1. 1198p .
7. **SILVA, R. M. S.**. Coleção OAB: Direito Processual Civil. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2012. v. 1. 337p .
8. ★ **SILVA, R. M. S.**. Processo Civil. 4. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2011. 1092p .
9. **SILVA, R. M. S.**; AZEVEDO, D. S. . Coleção OAB: Direito Processual Civil. 1. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2011. v. 1. 338p .
10. ★ **SILVA, R. M. S.**. Processo Civil. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2010. v. 1. 1088p .
11. ★ **SILVA, R. M. S.**. Processo Civil. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2009. v. 1. 558p .
12. ★ **SILVA, R. M. S.**. Processo Civil. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2009. v. 1. 558p .

Capítulos de livros publicados

1. **SILVA, R. M. S.**; ATAIDE, J. R. . Distribuição do Ônus da Prova por Convenção Processual. In: Hélio Sílvia Ourém Campos, Sérgio Torres Teixeira. (Org.). Processo e Jurisdição II. 1ed.: , 2015, v. , p. 230-254.
2. **SILVA, R. M. S.**; PAULO, M. T. . A Fixação de Honorários Advocatícios de Sucumbência em Sentenças Declaratórias. In: Luiz Volpe; Marcus Vinícius Furtado. (Org.). Honorários Advocatícios. 1ed.Salvador: Editora Juspodivm, 2015, v. , p. 279-296.
3. **SILVA, R. M. S.**. Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa. In: Teresa Arruda Alvim Wambier; Fredie Didier Jr; Eduardo Talamini; Bruno Dantas. (Org.). Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 1, p. 1264-1279.
4. **SILVA, R. M. S.**; ALBUQUERQUE, J. O. T. N. B. . Reclamação Constitucional. In: Fredie Didier Jr.; Leonardo Carneiro da Cunha; Jaldemiro Ataíde Jr.; Lucas Buril. (Org.). Reclamação Constitucional. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2015, v. 1, p. 753-770.
5. **SILVA, R. M. S.**. Apresentação e análise dos argumentos favoráveis e contrários à executividade da sentença de improcedência. Improcedência. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2015, v. 1, p. 457-497.
6. **SILVA, R. M. S.**; FIGUEIREDO, E. A. M. . Cooperação e vedação às decisões por emboscada (?ambush decision?). In: Fredie Didier Junior; Lucas Buril; Ravi Peixoto; Alexandre Freire. (Org.). Doutrina selecionada: parte geral. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2015, v. 1, p. 365-378.
7. **SILVA, R. M. S.**; PAULO, M. T. . A força da sentença influencia na fixação dos honorários de sucumbência?. Doutrina selecionada: processo de conhecimento e disposições finais transitórias. 1ed.Salvador: Juspodivm, 2015, v. 1, p. 551-566.
8. **SILVA, R. M. S.**. Primeiras Considerações Acerca da Ação de Demarcação de Terras Particulares no Novo Código de Processo Civil. In: Fredie Didier Junior; Lucas Buril; Ravi Peixoto; Alexandre Freire. (Org.). Doutrina selecionada:. 111ed.Salvador: Juspodivm, 2015, v. 4, p. 369-403.
9. **SILVA, R. M. S.**; SALOMAO, G. . Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade. In: Thereza Alvim; Luiz Henrique Volpe Carmargo; Leonard Ziesemer Schmitz; Nathália Gonçalves Macedo Carvalho. (Org.). O Novo Código de Processo Civil Brasileiro. Estudos Dirigidos: sistematização e procedimentos.. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2015, v. 1, p. 481-496.
10. **SILVA, R. M. S.**. Ação Rescisória por Violação de Literal Disposição de Lei: o Enunciado 343 da Súmula do STF e sua Aplicação pelo STJ. In: Isabel Galloti, Bruno Dantas, Alexandre Freire, Fernando da Fonseca Gajardoni, José Miguel Garcia Medina. (Org.). O Papel da Jurisprudência no STJ. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, v. , p. 791-804.
11. **SILVA, R. M. S.**. Honorários de Sucumbência Recursal (No CPC/73 e no Projeto do Novo CPC). In: Rodrigo Mazzei; Marcellus Polastri. (Org.). Honorários de Advogado: Aspectos Materiais e Processuais. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juis, 2014, v. 1, p. 565-581.
12. **SILVA, R. M. S.**. DELIMITAÇÃO DO OBJETO LITIGIOSO DO PROCESSO: uma análise das principais teorias difundidas no Brasil sob a perspectiva da doutrina



espanhola. In: Lucio Delfino, Pedro Miranda de Oliveira, Alexandre Freira, Sérgio Almeida Ribeiro. (Org.). Processo Civil nas Tradições Brasileira e Iberoamericana. 1ed. Florianópolis: Conceito, 2014, v. 1, p. 1-20.

13.

★ **SILVA, R. M. S.**. Honorários Advocatícios Recursais no Projeto do Novo Código de Processo Civil. In: Rodrigo Klippel, José Henrique Mouta Araújo e Fredie Didier Jr.. (Org.). O Projeto do Novo Código de Processo Civil. 1ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2011, v. , p. -.

Artigos aceitos para publicação

1. **SILVA, R. M. S.**. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA: apresentação e análise dos principais argumentos favoráveis e contrários à sua executividade.. Revista de Processo, 2014.

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1. **SILVA, R. M. S.**. Projeto do Novo Código de Processo Civil. 2012.

Trabalhos técnicos

Demais tipos de produção técnica

1. **SILVA, R. M. S.**. Curso de Atualização sobre o Novo Código de Processo Civil. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
2. **SILVA, R. M. S.**. Processo de Execução no Novo CPC. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
3. **SILVA, R. M. S.**. Petição Inicial, Reposta do Réu, Conciliação, Mediação, Arbitragem, Teoria das Decisões Judiciais, Recursos e Execução. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
4. **SILVA, R. M. S.**. Direito Processual Civil. 2012. .

Bancas



Participação em bancas de trabalhos de conclusão**Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização**

1. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Paulo Sérgio M Freire. Tributação Extrafiscal: o IPVA como Instrumento de redução dos Impactos Ambientais do Sistema de Transporte no Espaço Urbano. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.
2. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Luiz Wanderley de Melo Dantas. Constituição do Crédito Tributário. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.
3. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Fátima Rainilda Teles Pinheiro. Relação entre os Tratados Internacionais e a Lei Interna Tributária. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.
4. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Francisco Luiz Franca Soares de Oliveira. O Direito Tributário: princípios, fontes e fato gerador. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.
5. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Sebastião Marques da Silva. Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar e ISS. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.
6. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Edísio Percílio de Moraes. Desconsideração da Personalidade Jurídica e Aspectos Tributários. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.
7. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Dirceu Arnaud Filho. Aplicabilidade dos Princípios do Processo Administrativo Tributário no Âmbito da Legislação da Paraíba. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.
8. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Rodrigo de Lima Viegas. Princípios Constitucionais Tributários: uma abordagem teórica. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.
9. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Wezzer Antônio tavares da Silveira. O Processo Administrativo Tributário como Instrumento de Alcance da Eficácia na Arrecadação do Poder Público. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Rodrigo Martins Gouveia. Responsabilidade Civil por Perda de uma Chance e Aplicabilidade da Teoria no Direito Brasileiro. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.
2. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Débora Belém de Mendonça. O Direito à Identidade Genética e o Direito à Intimidade do Doador no Âmbito da Reprodução Assistida Heteróloga. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.
3. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Maria Luísa Gomes Mendes. A Tutela dos Direitos da Personalidade das Pessoas Públicas e a Liberdade de Expressão. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.
4. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Cynthia Camila Araújo Ribeiro. Responsabilidade Civil no Humorismo: a colisão de direitos da personalidade e o princípio da liberdade de expressão. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.
5. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Hosana Karolyne Figueiredo Patrício. Amplitude Cognitiva da Liquidação de Sentença nas Ações Coletivas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.
6. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Marcello Trindade Paulo. Recurso extraordinário repetitivo: incidência de análise da repercussão geral por amostragem.



conforme art. 543-B do Código de Processo Civil. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.

7.

SILVA, R. M. S.. Participação em banca de Bárbara de Melo Fernandes. A decisão judicial nos embargos declaratórios. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.

8. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Priscila Ferreira Vieira de Melo. Admissibilidade das Diretivas Antecipadas de Vontade no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.

9. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Vanessa de Araújo Porto. Institucionalização da Mediação de Conflitos: Contribuições dos Projetos de Lei nº 166/2010 e 7.169/2014 para a Cultura da Pacificação. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.

10. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Ellen Imperiano de Amorim. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional e os Programas Assistencialistas: Garantia do Direito à Alimentação?. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.

11. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Ícaro Rodrigues Mendes Pedrosa Pinto. A Questão dos Honorários Advocatícios Sucumbenciais no Âmbito da Justiça do Trabalho. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.

12. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Ivânia Gabriella Torres Sousa de Medeiros. A Influência da Necessidade de Combate à Corrupção na Construção das Disposições Legislativas e das Normas Jurídicas. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.

13. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Michel Figueirêdo da Silveira. Duty To Mitigate The Loss: o Dever de Mitigar o Prejuízo no Direito Civil Brasileiro. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.

14. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Renato Braga Tavares. Aplicação da Reparação Fluida na Execução de Sentenças de Direitos Individuais Homogêneos (Fluid Recovery). 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.

15. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Caroline Albuquerque Gadêlha de Moura. Limitações ao Poder Diretivo do empregador com Enfoque no Direito Constitucional à Privacidade. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba.

16. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Vanessa Mayra Leite Corrêa. A OBRIGAÇÃO DE NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO DENTRO DAS VAGAS ESTABELECIDAS NO RESPECTIVO EDITAL. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

17. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Augusto César Macena Gomes. O surgimento da justiça científica como meio para atingir a justiça social: a tecnologia como parte integrante da justiça. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

18. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Patrícia Castro Albuquerque de Luna. Litisconsórcio Necessário Ativo. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

19. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de José Luciano Sousa de Andrade. Dos Processos nos Tribunais de Contas nos Casos dos Prefeitos Falecidos. 2010 - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

20. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Lúcia Morgana de Lima Quirino. A Responsabilidade Civil em Cirurgia Plástica. 2010 - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

21. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Tobias Gustavo Borgmann. Crise do Processo Cautelar. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

22. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Tarcísio Marcelo Barbosa de Lima. A Psicologia Jurídica na Ressocialização do Apenado. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

23. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Patrícia Vaz Bezerra Robim. A Responsabilidade Civil das empresas Aéreas nos Casos de Extravio de Bagagens. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

24. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Raquel Pessoa Donato. A estabilidade como Direito Protetivo do empregado. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

25. **SILVA, R. M. S..** Participação em banca de Ítalo da Silva Theodoro de Aquino. Justiça Gratuita: Direito da Pessoa Jurídica à Assistência Judiciária. 2010. Trabalho



de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

26.

SILVA, R. M. S.. Participação em banca de Ricardo Wagner correia Guerra Filho. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

27. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Rodrigo Augusto Gomes Brito Vital da Costa. Teoria Concepcionista e a Tutela Constitucional da Vida. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Universidade Federal da Paraíba.

28. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Thiago Fernandes Gomes. Dos Alimentos: quem deve figurar nos polos ativo e passivo da demanda. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

29. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de FERNANDA HENRIQUES MEIRA DE MENEZES. CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DISCRICIONÁRIOS EM FACE DO PRINCÍPIO DA JURIDICIDADE. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

30. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de PAULO GUSTAVO FIGUEIREDO CIRILO. A REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

31. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Alberto Magno de Arruda Palmeira. Unidade partidária e o fim da verticalização das coligações. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

32. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Anália Castilho da Nóbrega. Recurso especial e sua aplicação em matéria eleitoral. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

33. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Eduardo Jorge Rocha Pedrosa. Projeto Conciliar instituído pelo TRT da 13ª Região. 2009.

34. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Epitácio Pessoa Pereira Diniz Filho. Assédio moral nas relações de trabalho. 2009 - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

35. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Ivo Perón Rocha Leitão. A eficácia do voto distrital misto. 2009.

36. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Clóvis Marconi Lima. Princípio da não cumulatividade do ICMS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

37. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Josaniel Pedrosa de Vasconcelos. Princípio da Duração Razoável do Processo. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

38. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de José Erivaldo Leite. Aspectos Relevantes e Históricos da Guarda Compartilhada. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

39. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Kátia Freitas Batista. Adoção por Estrangeiros. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

40. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Victor Maximadsky Koitla. As Medidas de Urgência e o art. 273, § 7º, do Código de Processo Civil. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

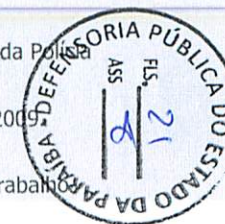
41. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Tiago Lopes Diniz. Provimento de Cargos Públicos: o Princípio da Moralidade na Administração Pública e o Nepotismo. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

42. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Monalisa Raphaela da Silva Moreira. Cassação de Aposentadoria. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

43. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Flávia Tavares S. de Lima. Constitucionalidade do Controle Externo do Ministério Público frente às Atividades da Polícia Judiciária. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

44. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Igor Amadeu Leite Pereira. Aborto por Anencefalia Fetal: a sua inclusão no rol de aborto permitidos no Brasil. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

45. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Hugo Guerra Castor. A Privatização do Sistema Carcerário Brasileiro: enfoques positivos e negativos. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.



de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

46.

SILVA, R. M. S.. Participação em banca de Josemar Batista Chianca. Valor Probatório do Inquérito Policial: impossibilidade de condenação com base no inquérito policial. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

47. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Júlio César Lima Feitosa. O Processo Administrativo Aplicado ao Trânsito. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

48. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Clóvis Marconi Lima. A Regime de ICMS no Estado da Paraíba. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

49. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Josaniel Pedrosa de Vasconcelos. Análise à Lei de Alimentos Gravídicos. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

50. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de José Erivaldo Leite. Educação e Aspectos Jurídicos da Guarda Compartilhada no Direito de Família Moderno. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

51. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Kátia Freitas Batista. Adoção por Estrangeiros. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdades de Ensino Superior da Paraíba.

52. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Rodrigo Monteiro Pessoa. Execução trabalhista e a desconsideração da personalidade jurídica na falência. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

53. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Francineide Dias Braga. Assédio moral no serviço público: estudo de caso nas varas do trabalho da cidade do Recife-PE. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

54. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Júlio César da Silva Batista. Licenciamento e Responsabilidade Objetiva no Direito Ambiental Brasileiro. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

55. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Igor Ferreira Maia. Súmula vinculante e a sua admissão no ordenamento jurídico. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências jurídicas - Direito) - Sociedade Paraibana de Ensino Superior e de Pesquisa.

56. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Indira Silva Wanderley. O sistema dual de dissolução do casamento: uma duplicidade inócua. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

57. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Andressa Gomes de França. Alimentos na maioria: um enfoque à luz da Súmula 358 do STJ. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

58. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Célio Brito Fernandes. Guarda compartilhada: uma análise da possibilidade de manter viva a relação entre pais e filhos após a dissolução do vínculo conjugal. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

59. **SILVA, R. M. S.**. Participação em banca de Cláudia Campos Monteiro da Franca. Parto anônimo. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Professor titular

1. **SILVA, R. M. S.**. Professor do IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. 2014. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.



Concurso público

1. **SILVA, R. M. S.**. XV Exame de Ordem Unificado. 2015. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
2. **SILVA, R. M. S.**. XVI Exame de Ordem Unificado. 2015. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
3. **SILVA, R. M. S.**. XII Exame de Ordem Unificado. 2014. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
4. **SILVA, R. M. S.**. XIII Exame de Ordem Unificado. 2014. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
5. **SILVA, R. M. S.**. XIV Exame de Ordem Unificado. 2014. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
6. **SILVA, R. M. S.**. Juiz Leigo dos Juizados Especiais Cíveis do Estado da Paraíba. 2013. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.
7. **SILVA, R. M. S.**. X Exame de Ordem Unificado. 2013. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
8. **SILVA, R. M. S.**. VII Exame de Ordem Unificado. 2012. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
9. **SILVA, R. M. S.**. VIII Exame de Ordem Unificado. 2012. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
10. **SILVA, R. M. S.**. V Exame de Ordem Unificado. 2011. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Outras participações

1. **SILVA, R. M. S.**. XVII Exame de Ordem Unificado. 2015. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
2. **SILVA, R. M. S.**. XVIII Exame de Ordem Unificado. 2015. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Eventos



Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. Congresso Brasileiro de Direito Processual Civil. O Novo Regime Jurídico da Coisa Julgada. 2015. (Congresso).
2. Congresso Brasileiro de Direito Processual Civil: o Novo CPC. O Regime Jurídico da Coisa Julgada no Novo CPC. 2015. (Congresso).
3. Curso de Atualização em Processo Civil. Processo de Execução no Novo Código de Processo Civil. 2015. (Oficina).
4. III Congresso dos Defensores Públicos de Rondônia. Os Regimes Jurídicos da Coisa Julgada no Novo Código de Processo Civil. 2015. (Congresso).
5. I Seminário Geral de Formação Continuada. Um Judiciário Novo a Partir de um Novo Código de Processo. 2015. (Seminário).
6. I Seminário Geral de Formação Continuada do TRT13. Um Novo Judiciário a partir de um Novo Código de Processo. 2015. (Seminário).
7. I Simpósio Nassau de Atualização Jurídica. Teoria da Decisão Judicial. 2015. (Simpósio).
8. I Simpósio Nassau de Atualização Jurídica. Aspectos Relevantes do Novo Código de Processo Civil. 2015. (Simpósio).
9. OAB na Faculdade. Os Desafios da Advocacia. 2015. (Congresso).
10. O Exame da OAB e a Qualidade do Ensino Jurídico. 2015. (Seminário).
11. O Exame de Ordem e a Qualidade do Ensino Jurídico. 2015. (Seminário).
12. Seminário de Direito de Família e Sucessões. Os Impactos do Novo Código de Processo Civil nas Ações de Família. 2015. (Seminário).
13. V Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Petição Inicial, Resposta do Réu, Saneamento e Organização do Processo. 2015. (Encontro).
14. VII Encontro Anual da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo - ANNEP. Princípio da Eficiência no Novo Código de Processo Civil. 2015. (Encontro).
15. VII Encontro Anual da Associação Norte Nordeste dos Professores de Processo ANNEP. Normas Fundamentais. 2015. (Encontro).
16. VIII Semana de Atualização Jurídica da OAB/PB. Novo Regime Jurídico das Decisões Interlocutórias. 2015. (Seminário).
17. VI Semana de Atualização Jurídica da OAB/PB. Modificações Paradigmáticas do Novo Código de Processo Civil. 2015. (Seminário).
18. XXXVI Semana do Advogado. Mudanças de Paradigmas Processuais. 2015. (Congresso).
19. Congresso Brasileiro de Direito Processual. Projeto do Novo Código de Processo Civil e a Prática Eletrônica dos Atos Processuais. 2014. (Congresso).
20. Encontro Científico TRF5 ANNEP. Coisa Julgada no Projeto do Novo Código de Processo Civil. 2014. (Congresso).
21. Homenagem ao Dia do Jurista. O advogado, a internet e a prática eletrônica dos atos processuais. 2014. (Seminário).
22. I Congresso Nacional de Direito Constitucional. Novos Delineamentos do Objeto Litigioso do Processo: afirmação da eficiência e duração razoável do processo. 2014. (Congresso).
23. II Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Coisa Julgada, Ação Rescisória e Sentença. 2014. (Encontro).
24. III Fórum Permanente de Processualistas Cíveis. Coisa Julgada, Ação Rescisória e Sentença. 2014. (Encontro).
25. II Semana Jurídica UFRN. Inovações no Processo de Execução no Novo Código de Processo Civil. 2014. (Congresso).
26. II Seminário de Direito de Família e Sucessões. Direito Material, Objeto Litigioso e Coisa Julgada nas Ações de Direito de Família. 2014. (Congresso).
27. VI Conferência dos Advogados da Paraíba. Principais Inovações do Processo de Execução no Projeto do Novo CPC. 2014. (Congresso).
28. VII Conferência Estadual dos Advogados do Maranhão. Processo Coletivo e Afirmação dos Direitos Fundamentais. 2014. (Congresso).
29. XIV SEMAJUD. Negociação Processual. 2014. (Congresso).
30. XVII Congresso Brasileiro de Direito Processual. Prática Eletrônica dos Atos Processuais. 2014. (Congresso).
31. XXIII Congresso Nacional do CONPEDI. Distribuição do Ônus da Prova por Convenção Processual. 2014. (Encontro).
32. 1º Congresso ANNEP - Pontes de Miranda e o Direito Processual. Análise da Executividade da Sentença de Improcedência sob as Premissas de Pontes de Miranda.



2013. (Congresso).

33.

1º Seminário de Direito de Família.Aspectos Processuais da Lei de Alimentos Gravídicos. 2013. (Seminário).

34. I Ciclo de Palestras da Comissão de Acesso à Justiça da OAB/PB. As Implicações do Processo Judicial Eletrônico no Acesso à Justiça. 2013. (Congresso).

35. I Congresso Nacional de Direito Digital. Prática Eletrônica de Atos Processuais. 2013. (Congresso).

36. II Seminário de Direito Penal e Processual Penal Estado, Direito e Democracia: a reforma dos paradigmas penais e processuais penais. Aspectos Processuais Cíveis da Lei Maria da Penha. 2013. (Congresso).

37. Novas Perspectivas do Direito - Em Homenagem ao Ministro Gilmar Mendes. A Prática Eletrônica dos Atos Processuais no Projeto do Novo Código de Processo Civil. 2013. (Congresso).

38. VII Jornadas Brasileiras de Direito Privado. Flexibilização da Resposta do Réu no Projeto do Novo Código de Processo Civil. 2013. (Congresso).

39. 3ª Semana Jurídica da FESP Faculdades.Inovações do Projeto do Novo Código de Processo Civil. 2012. (Seminário).

40. 3º Congresso de Direito Civil e Processual Civil do Piauí. Inovações, Pseudo-inovações e Omissões do Projeto do Novo Código de Processo Civil. 2012. (Congresso).

41. Ciclo de Debates da AESO.Os Precedentes Judiciais em Afirmação à Garantia da Duração Razoável do Processo. 2012. (Simpósio).

42. IV Encontro Anual da ANNEP.A Execução da Sentença de Improcedência. 2012. (Encontro).

43. IV Seminário DATAB - Estado Constitucional e Direitos Humanos Fundamentais.A Constitucionalidade do Novo Processo Civil Brasileiro. 2012. (Seminário).

44. VII Encontro Jurídico do DATAB. A Duração Razoável do Processo. 2012. (Congresso).

45. 1ª Reunião Pública de Debates sobre o Novo CPC na Câmara dos Deputados.Proposições Pragmáticas para o Novo CPC. 2011. (Encontro).

46. 2ª Semana Jurídica da FESP Faculdades.Uniformização de Jurisprudência. 2011. (Simpósio).

47. 2º Congresso Jurídico do Centro de Humanidades. Direitos fundamentais e democracia: a efetivação do Estado Democrático. Perspectiva para um renovado Direito Processual Civil. 2011. (Congresso).

48. Audiência Pública (João Pessoa/PB) da Câmara dos Deputados sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil.Considerações sobre o Projeto do Novo Código de Processo Civil. 2011. (Outra).

49. Ciclo de Palestras IESP.O Novo Código de Processo Civil. 2011. (Seminário).

50. Congresso Brasileiro de Direito Civil e Processual Civil. Uniformização de Jurisprudência no Novo CPC. 2011. (Congresso).

51. Dia do Concurseiro.Dicas sobre Direito Processual Civil para Concursos Públicos. 2011. (Simpósio).

52. II Congresso Brasileiro de Direito Civil, Processo Civil e Constitucional. A multa como instrumento de efetividade processual ? aplicação ex-offício. 2011. (Congresso).

53. II Congresso de Direito Civil e Processual Civil do Piauí. Tutela Antecipada e Julgamento Imediato do Mérito no Novo CPC. 2011. (Congresso).

54. III Jornada Brasileira de Ciências Cíveis e Criminais. Uniformização de Jurisprudência no Novo CPC. 2011. (Congresso).

55. III Seminário DATAB As Transformações do Direito e do Processo. Primeiras Impressões acerca do Projeto do Novo Código de Processo Civil. 2011. (Congresso).

56. Semana de Atualização Jurídica da ESA/PB.O Novo Código de Processo Civil para os Advogados. 2011. (Simpósio).

57. V CONAP Conferência dos Advogados da Paraíba.O Projeto do Novo Código de Processo Civil. 2011. (Encontro).

58. 1º Congresso de Direito Civil e Processual Civil do Piauí. Ação Rescisória: a mitigação da súmula 343 do STF. 2010. (Congresso).

59. Debates sobre o Novo CPC: mudanças e inovações.Honorários de advogado no projeto no novo CPC. 2010. (Simpósio).

60. I Congresso Brasileiro de Direito Civil, Processual Civil e Constitucional. O processo como vetor da prestação jurisdicional. 2010. (Congresso).

61. III Semana Jurídica: Família, Estado e Sociedade. Aspectos Processuais dos Alimentos Gravídicos. 2010. (Congresso).

62. II Seminário de Atualização Jurídica da PGE/PB.Segurança Jurídica e Uniformização de Jurisprudência. 2010. (Seminário).



63. O Novo Código de Processo Civil - CESA/PB.Honorários Advocatícios no Novo Código de Processo Civil. 2010. (Encontro).
64. VI Ciclo de Debates Jurídicos do IESP.A Ruptura da Unidade do Processo na Atual Sistemática Brasileira. 2010. (Simpósio).
65. II Simpósio de Direito Processual Civil.A subjetividade do Ônus Objetivo da Prova. 2009. (Simpósio).
66. I Simpósio de Direito Civil, Processo Civil e Constitucional.Distribuição Dinâmica do ônus da Prova. 2009. (Simpósio).
67. II Jornada Jurídica da ASPER. Reflexões Atuais Sobre o Acesso ao Poder Judiciário. 2008. (Congresso).
68. I Simpósio de Direito Processual Civil.Impenhorabilidade: questões controvertidas. 2008. (Simpósio).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. ATAIDE, J. R. ; **SILVA, R. M. S.** . V Encontro Anual da Associação Norte-Nordeste de Professores de Processo ANNEP. 2013. (Congresso).
2. **SILVA, R. M. S.**. VII Ciclo de Debates Jurídicos do IESP. 2011. (Congresso).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Antônio Aldrin da Silva Myra. Aspectos Gerais do Imposto Sobre Serviço - ISS: o Dissenso sobre o Critério Espacial da Hipótese de Incidência. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
2. Rodrigo Fontana. A Quebra do Sigilo Bancário pelas Autoridades Fazendárias. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
3. José Ronaldo Rocha de Carvalho. Termo de Acordo do ICMS na Paraíba à Luz da constituição Federal do Brasil. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
4. Orismar Fernandes Ataíde e Silva. Poderes Instrutórios do Juiz no Processo Civil Brasileiro. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Ministério Público) - Centro Universitário de João Pessoa. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
5. Rogério da Silva Cabral. Das condutas praticadas pelos contribuintes contra a ordem tributária. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
6. Antônio Cláudio Alves. Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN: a tributação das sociedades cooperativas. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
7. Yuri Oliveira Aragão. Possibilidade Constitucional de Tributação de ISS dos Serviços Cartorários, Notariais e Registrais. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
8. Wadih de Almeida Silva. ICMS no Contexto do Sistema Tributário Nacional. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
9. José Vandalberto de carvalho. Análise da Constitucionalidade da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública COSIP. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.



10. Fábio Domingos Bezerra. Princípio da Legalidade e da Segurança Jurídica versus Presunções de Omissão de Receitas. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
11. Ana Raquel de Sousa e Silva Coutinho. Capítulos de sentença: sua aplicação visando à efetividade na prestação jurisdicional. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Processual Civil) - Universidade Potiguar. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
12. Marcondes Cordeiro Gadelha. Juízo de admissibilidade no recurso extraordinário: uma análise acerca do instituto da repercussão geral e o impacto na prestação jurisdicional. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Ciências Jurídicas - Direito) - Sociedade Paraibana de Ensino Superior e de Pesquisa. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
13. Rodrigo Fontana. Quebra do Sigilo Bancário pelas Autoridades Fazendárias. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Tributário) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
14. Orismar Fernandes Ataíde e Silva. Poderes Instrutórios do Juiz no Processo Civil Brasileiro. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Civil e Processual Civil) - Fundação Escola Superior do Ministério Público da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
15. Yanny Veloso Rêgo. O Julgamento Prima Facie como Instrumento de efetividade da Jurisdição: breves considerações ao art. 285-A do CPC. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Direito Civil e Processual Civil) - Fundação Escola Superior do Ministério Público da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Fábio de Assis Moreira Lima. Seguro Garantia: (in)viabilidade de sua utilização para garantir contratos da administração pública referentes à construção, fornecimento ou prestação de serviços. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
2. Isabella Lacerda Franklin Chacon. A Análise da Amplitude de Certificação dos Títulos Executivos Extrajudiciais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
3. Lorrann Rannier Lima Araújo. Prática Eletrônica de Atos Processuais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
4. Virnéia Lopes de Queiroz Medeiros. Título Executivo Extrajudicial: ausência de lógica definida e ineficácia processual. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
5. Matheus Ferreira Silva. A Responsabilidade Civil Pela Comercialização de Produtos Falsificados. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
6. Hosana Karolyne Figueiredo Patrício. Amplitude Cognitiva da Liquidação de Sentença nas Ações Coletivas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
7. Heliara Ferreira de Moraes. Exigibilidade de Prévio Requerimento Administrativo: limitação ao acesso à justiça ou fundamento do interesse de agir?. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
8. Marcello Trindade Paulo. Recurso extraordinário repetitivo: incidência de análise da repercussão geral por amostragem conforme art. 543-B do Código de Processo Civil. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
9. Caroline Albuquerque Gadêlha de Moura. Limitações ao Poder Diretivo do empregador com Enfoque no Direito Constitucional à Privacidade. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
10. Renato Braga Tavares. Aplicação da Reparação Fluida na Execução de Sentenças de Direitos Individuais Homogêneos (Fluid Recovery). 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
11. Michel Figueirêdo da Silveira. Duty To Mitigate The Loss: o Dever de Mitigar o Prejuízo no Direito Civil Brasileiro. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.



12. Ivânia Gabriella Torres Sousa de Medeiros. A Influência da Necessidade de Combate à Corrupção na Construção das Disposições Legislativas e das Normas Jurídicas. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
13. José Humberto Pereira Muniz Filho. A Delimitação das Cargas Eficaciais das Sentenças pelo Objeto Litigioso no Processo Civil Brasileiro. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
14. Ricardo Regis de Brito. Responsabilidade civil do Estado em decorência de acidentes de trânsito envolvendo veículos automotores terrestres da Administração Pública: considerações acerca da aplicabilidade da Teoria do Risco Administrativo. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
15. Antônio Victor Alves da Costa. Uniformização de Jurisprudência: uma análise jurídica e sistemática de suas aplicações e efeitos na ordem constitucional vigente. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
16. Renata Carneiro Campelo Diniz. O Recurso de Apelação no Projeto do Novo Código de Processo Civil Brasileiro: uma Análise Crítica. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
17. André Nam. Agravo Retido em Audiência de Instrução e Julgamento. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
18. Rafael Lacerda Cunha Lima. Responsabilidade civil por Ato Judicial. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
19. Cláudio Silveira Marinho. Responsabilidade Civil na Administração Fiscal. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
20. Jorge Chaves Dutra. O Sistema Probatório no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
21. Rodrigo Augusto Gomes Brito Vital da Costa. Teoria Concepcionista e a Tutela Constitucional da Vida. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
22. Ítalo da Silva Theodoro Aquino. Justiça Gratuita: direitos da pessoa jurídica à assistência judiciária. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
23. Ricardo Wagner Correia Guerra Filho. Coletivização das Demandas: incidente de resolução de demandas repetitivas no novo Código de Processo Civil. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
24. Augusto César Macena Gomes. O Surgimento da Justiça Científica como Meio para Atingir a Justiça Social: a tecnologia como parte integrante da justiça. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
25. José Luciano Sousa de Andrade. Dos Processos nos Tribunais de Contas nos Casos de prefeitos Falecidos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
26. Lúcia Morgana de Lima Quirino. A Responsabilidade Civil em Cirurgia Plástica. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
27. Patrícia Castro Albuquerque de Luna. Iitisconsórcio Ativo Necessário. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
28. Vanessa Mayra Leite Correia. A Obrigatoriedade de Nomeação dos Candidatos Aprovados em Concurso Público Dentro das Vagas Estabelecidas no Respetivo Edital. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
29. Diego Paican Stein Meira. A repercussão geral de questão constitucional: Novo requisito de admissibilidade do recurso extraordinário. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.
30. Valdêlio Coelho Bernardo Júnior. Recurso Especial: juízo de admissibilidade realizado pelo tribunal a quo. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências jurídicas - Direito) - Sociedade Paraibana de Ensino Superior e de Pesquisa. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.



31. Walter Alves de Lima Filho. Juizados Especiais Cíveis: vantagens e desvantagens do sistema processual virtual. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências jurídicas - Direito) - Sociedade Paraibana de Ensino Superior e de Pesquisa. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.

32. Thiago Diniz Tomé de Lima. Considerações acerca do art. 543-C do Código de Processo Civil. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.

33. Antônio Cláudio Alves. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza: a tributação das sociedades profissionais. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.

34. Lincolin de Oliveira Farias. Responsabilidade civil: deveres e obrigações dos advogados no ordenamento jurídico brasileiro. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Jurídicas) - Instituto de Educação Superior da Paraíba. Orientador: Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva.

Educação e Popularização de C & T

Artigos

Artigos completos publicados em periódicos

1. **SILVA, R. M. S.** Honorários Advocatícios de Sucumbência Recursal. Revista Eletrônica de Direito Processual, v. XIII, p. 1, 2014.

2. **SILVA, R. M. S.** Sentença de improcedência: apresentação e análise dos principais argumentos favoráveis e contrários à sua executividade. Revista de Processo, v. 232, p. 25, 2014.

3. **SILVA, R. M. S.; ATAIDE, J. R. .** Distribuição do Ônus da Prova por Convenção Processual. Revista de Processo, v. 239, p. 397, 2015.

4. **SILVA, R. M. S.** Duplicidade da ação declaratória: Certificação por contraditoriedade. Revista de Processo, v. 237, p. 1, 2014.

Livros e capítulos

1. **SILVA, R. M. S.** 2614 Dicas para Ler na Semana de Prova. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2014. v. 1. 395p .

2. **SILVA, R. M. S.** Direito Processual Civil. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2014. v. 1. 340p .

1. **SILVA, R. M. S.; ATAIDE, J. R. .** Distribuição do Ônus da Prova por Convenção Processual. In: Hélio Sílvio Ourém Campos, Sérgio Torres Teixeira. (Org.). Processo e Jurisdição II. 1ed.: , 2015, v. , p. 230-254.

Cursos de curta duração ministrados

1. **SILVA, R. M. S.** Direito Processual Civil. 2012. .

2. **SILVA, R. M. S.** Petição Inicial, Reposta do Réu, Conciliação, Mediação, Arbitragem, Teoria das Decisões Judiciais, Recursos e Execução. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

3. **SILVA, R. M. S.** Curso de Atualização sobre o Novo Código de Processo Civil. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).



Outras informações relevantes

* Advogado, sócio fundador do escritório Mouzalas, Borba & Azevedo Advogados Associados, em João Pessoa, Paraíba. * Membro da ANNEP - Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo. * Convidado (conforme requerimento 40/2011) pelo Deputado Federal Efraim Filho (DEM/PB) para prestar consultoria jurídica na elaboração do relatório da parte geral do Projeto do Novo Código de Processo Civil (PL 8046/2010). * Convidado pelo Deputado Fábio Trad para participar, nos dias 20/06/2012, 04/07/2012 e 11/07/2012, na condição de jurista, de mesas redondas, na Câmara dos Deputados, para debater o Projeto do Novo Código de Processo Civil. * Membro da Comissão de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraíba (fevereiro/2007 a fevereiro/2010. Conforme Portaria n.º 12 - GP/07 de 09 de fevereiro de 2007. Publicação no Diário da Justiça do Estado de Paraíba em 16/02.07. * Membro da Banca Examinadora do Exame de Ordem Unificado. Conforme Portaria n.º 45/2011 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. * Convidado pela FGV - Fundação Getúlio Vargas e pelo CFOAB - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para participar, no dia 21/05/2012, na condição de professor, de reunião para aprimoramento do Exame de Ordem. * Convidado pela FGV - Fundação Getúlio Vargas e pelo CFOAB - Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para participar, no dia 14/07/2012, na condição de professor, da Comissão de Recursos do Exame de Ordem. * Integrante do Conselho Gestor do Fundo Especial de Proteção dos Bens, Valores e Interesses Difusos, como representante suplente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba. Conforme Portaria n.º 1.986/09. Publicação no Diário da Justiça do Estado de Paraíba em 20/11/09. *Designado, pelo Ato da Presidência do TJPB n.º 64/13, para integrar, como representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Paraíba, comissão de seleção do encargo de Juiz Leigo.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 09/05/2016 às 13:54:05



**Consulta Pública ao Cadastro
ICMS****Cadastro de Contribuintes de
ICMS - Cadesp**

Estabelecimento	
IE: 140.286.271.114	
CNPJ: 06.179.157/0003-74	
Nome Empresarial: EDITORA JURIDICA DA BAHIA LTDA	
Nome Fantasia: EDICOES JUSPODIVM	
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada	
Endereço	
Logradouro: RUA PRESIDENTE COSTA PEREIRA	
Nº: 157	Complemento:
CEP: 03.108-040	Bairro: MOOCA
Município: SAO PAULO	UF: SP
Informações Complementares	
Situação Cadastral: Ativo	Data da Situação Cadastral: 26/11/2015
Ocorrência Fiscal: Ativa	
Regime de Apuração: NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO	
Atividade Econômica: Edição de livros	

[Voltar](#)

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 3.3.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.179.157/0003-74		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
FILIAL		DATA DE ABERTURA 26/11/2015	
NOME EMPRESARIAL EDITORA JURIDICA DA BAHIA LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EDICOES JUSPODIVM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 58.11-5-00 - Edição de livros			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 58.12-3-01 - Edição de jornais diários 58.13-1-00 - Edição de revistas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO R PRESIDENTE COSTA PEREIRA		NÚMERO 157	COMPLEMENTO
CEP 03.108-040	BAIRRO/DISTRITO MOOCA	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO VAULEDIR@HOTMAIL.COM		TELEFONE (11) 3468-3077	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/11/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **05/05/2016** às **13:50:27** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

BRASIL

Acesso à informação

Participe

Serviços

Legislação

Canais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EDITORA JURIDICA DA BAHIA LTDA
CNPJ: 06.179.157/0001-02

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 16:48:30 do dia 23/02/2016 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/08/2016.

Código de controle da certidão: **533B.78E8.942E.8221**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF****Inscrição:** 06179157/0003-74**Razão Social:** EDITORA JURIDICA DA BAHIA LTDA**Endereço:** RUA PRESIDENTE COSTA PEREIRA 157 / MOOCA / SAO PAULO / SP / 3108-040

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/04/2016 a 27/05/2016**Certificação Número:** 2016042804061928553595

Informação obtida em 05/05/2016, às 12:12:44.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EDITORA JURIDICA DA BAHIA LTDA

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 06.179.157/0003-74

Certidão nº: 45235767/2016

Expedição: 05/05/2016, às 13:51:20

Validade: 31/10/2016 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que EDITORA JURIDICA DA BAHIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 06.179.157/0003-74, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA



FOLHA DE DESPACHO / DOTAÇÃO E RESERVA

PROCESSO Nº 1511/2016-DPPB

À GEPOF,
Informar Dotação Orçamentária, através do Fundo Especial da Defensoria Pública.
Em, 09/05/2016.

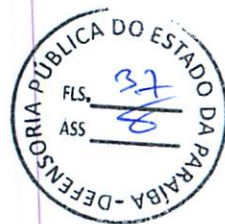

Carla Emilia S. Formiga Barros
Gerente da GEATI

À GEATI,
Dotação orçamentária: 14902 02062 5158 4087 443052
Fonte: 240
Em, 09/05/2016


Aquelina da Silva Montenegro
Gerente da GEPOF



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA



FOLHA DE DESPACHO / INFORMAÇÕES

Processo nº 1511/2016-0

Interessado: GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL

Assunto: Solicitação de aquisição de livros.

Encaminhe-se o Processo a **ASSEJUR**, para proceder com a Inexigibilidade de Licitação.

João Pessoa, 09 de maio de 2016.


CARLA EMÍLIA S. FORMIGA BARROS
GERENTE DA GEATI



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA
ASSESSORIA JURÍDICA



PARECER JURÍDICO Nº 157/2016
PROCESSO Nº 1511/2016-0

RELATÓRIO

Em 28/05/2016 o Defensor Público Geral, através do Memorando n. 046/2016-GDPG determinou à GEATI a aquisição de 250 livros sobre o NCPC.

Consta nos autos orçamentos e relatório de cotação em que se demonstra que a aquisição do livro Processo Civil, Volume Único, ano 2016, elaborado por Rinaldo Mouzalas e outros, diretamente com a editora resulta numa economia de 40%.

Assim, a GEATI, através do Ofício comunicou ao Defensor Público Geral a recomendação do citado livro, apontando ainda que o Autor se dispôs a realizar palestra gratuita na DPPB em que abordará as principais mudanças ocorridas no Novo Código de Processo Civil, bem como que o mesmo foi o único paraibano a participar da comissão responsável pela elaboração do NCPC.

Consta autorização do Defensor Público Geral para a aquisição de 238 unidades do citado livro.

A aquisição dos softwares ocorreu no Processo n. 4513/2013, contrato n. 021-2013-DPPB (fls. 03-10).

Consta nos autos E-mail do Autor do livro confirmando a palestra gratuita, currículo lattes do autor e certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, todas dentro do prazo de validade em nome da Editora.

Consta ainda dotação orçamentária.

Vieram os autos conclusos a esta Assessoria Jurídica para análise e parecer, conforme despacho exarado nos autos, de fls. retro.

É o breve relato. Passo a opinar.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), em seu artigo 5º, X, define **editor** como “a pessoa física ou jurídica à qual se atribui o **direito exclusivo de reprodução da obra** e o dever de divulgá-la, nos limites previstos no contrato de edição”.

Assim, o editor é o detentor da exclusividade de divulgação da obra, é o responsável pela impressão e distribuição da obra. Assim, em tese a aquisição diretamente com a editora permite uma obtenção de preço inferior ao praticado no mercado, o que torna

9



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA
ASSESSORIA JURÍDICA**



inviável a competição, motivo pelo qual a Lei de Licitações autoriza a realização de inexigibilidade de licitação.

Realizando-se consulta a livrarias (Saraiva e Livraria do Luiz), verificou-se que o valor unitário do livro é de R\$ 139,90 e R\$ 130,00, respectivamente, entretanto, adquirindo-se diretamente com a Editora, detentora do direito de exclusividade da referida obra, por expressa previsão na Lei de Direitos Autorais, esta fornecerá os livros, já com a entrega na DPPB, com 40% de desconto, perfazendo o custo unitário de R\$ 83,94, representando, portanto, a vantajosidade para a administração, já que adquirirá o mesmo produto a um custo muito inferior ao praticado pelo mercado.

Vale salientar que o Autor da obra participou da Comissão responsável pela elaboração do NCPC e ofereceu palestra gratuita a ser realizada na DPPB sobre as principais mudanças do novo Código, caso o livro venha a ser adquirido.

Assim, torna-se inviável a competição, aplicando-se o disposto no art. 25, I, da Lei de Licitações, *verbis*:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

Vale salientar que inexistem critérios objetivos para a escolha da obra a ser adquirida numa licitação. Corroborando com essa assertiva, o TCU já se manifestou nos seguintes termos:

(...) Isso porque cada possível instrutor tem características próprias, incomparáveis, como experiência anterior, currículo, áreas de especialização, publicações, etc. Como admitir que o menor preço possa ser um bom critério para a escolha? (TCU- Decisão nº 439/98).

(...) São tantas as variáveis que influem na definição do perfil ideal dos professores e instrutores adequados a cada caso, que dificilmente se pode defender a tese de que haja efetiva viabilidade de licitação para formalizar tais contratos (TCU- Decisão nº 747/97).

Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção de uma licitação do tipo menor preço, por exemplo, poderia conduzir à obtenção de uma qualidade inadequada. Sendo assim, verifica-se que, diante da qualidade do Autor do livro, bem como a economicidade obtida com a aquisição em escala e diretamente com o Editor, justificam a compra direta através de inexigibilidade de licitação.



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA
ASSESSORIA JURÍDICA**



DO PARECER

ANTE O EXPOSTO, entende esta Assessoria Jurídica pela possibilidade de contratação direta de EDITORA JURÍDICA DA BAHIA LTDA, CNPJ: 06.179.157/0003-74, por inexigibilidade de licitação, conforme disposto no art. 25, I, da Lei n. 8.666/93, em face das razões acima expostas, no valor total de R\$ 19.977,72 (dezenove mil, novecentos e setenta e sete reais e setenta e dois centavos) para a aquisição de 238 livros sobre o novo código de processo civil.

S.M.J. É o Parecer.

João Pessoa/PB, 09 de Maio de 2016.

Ênio Saraiva Leão
Mat: 173.523-3
OAB/PB 15.454

DE ACORDO.

À homologação da autoridade superior, na pessoa do Exmo. Defensor Público Geral, s.m.j., para as devidas considerações.

João Pessoa/PB, 09 de Maio de 2016.

Alessandra Scarano Guerra
Coordenadora da Assessoria Técnica – DPPB
OAB/PB 12.601



**DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA
ASSESSORIA JURÍDICA**



Processo nº: 1511/2016-0

DESPACHO DO DEFENSOR PÚBLICO GERAL

Tendo em vista o teor do parecer técnico-jurídico, de fls. nos autos, ratifico os seus termos para que produza os devidos efeitos legais.

Cumpra-se.

Em: 09/05/2016.

Vanildo Oliveira Brito
Defensor Público Geral



DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DA PARAÍBA



DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 1511/2016-00
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2016

A Defensoria Pública do Estado da Paraíba, RATIFICA o enquadramento legal de Inexigibilidade de Licitação nos termos do art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, e autoriza a contratação de EDITORA JURÍDICA DA BAHIA LTDA, CNPJ: 06.179.157/0003-74, ao custo total de R\$ 19.977,72 (dezenove mil, novecentos e setenta e sete reais e setenta e dois centavos), referente a aquisição de 238 livros sobre o Novo Código de Processo Civil, em conformidade com o parecer da Assessoria Jurídica desta Defensoria Pública, expresso nos autos do Processo.

João Pessoa/PB, 09 de maio de 2016.


Vanildo Oliveira Brito
Defensor Público-Geral

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO N.º 1511/2016-0; Tipo de Licitação:
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2016. VALOR R\$: 19.977,72.

Objeto: Aquisição de 238 livros sobre o Novo Código de Processo Civil. O Defensor Público Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 104/2012 e de acordo com o disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, torna público, a quem interessar possa, que homologa e ratifica o parecer técnico e jurídico que opinou pela inexigibilidade de licitação nos termos do disposto no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, para contratação da empresa Editora Jurídica da Bahia Ltda, CNPJ: 06.179.157/0003-74, para a aquisição de 238 livros sobre o Novo Código de Processo Civil. João Pessoa/PB, 09/05/2016.

Vanildo Oliveira Brito
Defensor Público Geral



Linhas: 17
Tamanho: 5 cm
Preço/centímetro: R\$ 30,37
Preço: R\$ 151,85

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 11/05/2016 14:44:18
Origem: Defensoria Pública do Estado da Paraíba
Operador: ALESSANDRA SCARANO GUERRA
Ofício: 3930394
Data prevista de publicação: 12/05/2016
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 3
Forma de pagamento: Empenho

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
8984766	Extrato-Inexigibilidade006-2016.rtf	8e3d46caedfb6cea 566877c119f0a8fb	5,00	
	Total da matéria		5,00	R\$ 151,85
TOTAL DO OFICIO			5,00	R\$ 151,85



Programa de Trabalho: 16101.12.128.1416
Projeto Atividade: 8493 Produto: 2228
Fonte e Origem do Recurso: 0306003290 - Federal
Natureza de Despesa: 339039

Belém, 11 de maio de 2016.
ANA CLAUDIA SERRUYA HAGE
Secretária de Estado de Educação

AVISO DE REABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 8/2016-NLIC/SEDUC

Processo nº 952.561/2015-SIIG
Objeto: A Secretaria de Estado de Educação/SEDUC, através do Núcleo de Licitação - NLIC comunica aos interessados no PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 008/2016-NLIC/SEDUC, cujo objeto é PREGÃO Eletrônico no Sistema de REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, COM ENTREGA PARCELADA "PORTA A PORTA", A FIM DE SUPRIR AS NECESSIDADES DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO, ATENDIDOS PELO PNAE, COMPREENDENDO AS ESCOLAS ESTADUAIS DE BELÉM E ESCOLAS ESTADUAIS DE OUTROS MUNICÍPIOS DO ESTADO, nas condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, que estava SUSPENSO conforme divulgação feita pela pregoeira no SISTEMA COMPRASNET em de 15/04/2016 às 11h08min, face às impugnações recebidas, na qual foram feitas as retificações no edital. A reabertura será realizada no dia 24/05/2016 às 10h00min horas. Os interessados poderão obter o novo edital a partir do dia 12/05/2016, através dos sites www.comprasnet.gov.br, www.seduc.pa.gov.br e www.compraspa.gov.br. Maiores informações no Núcleo de Licitação - NLIC através de fone - fax: (0xx-91-3201-5179 / 3201-5096 ou pelo e-mail: seduc.nlic@gmail.com

Belém-PA, 11 de maio de 2016.
YASMIIN BERNARDES DE ALMEIDA
FRIACIA
Pregoeira

GOVERNO DO ESTADO DA PARÁIBA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARÁIBA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO Nº 1511/2016-0; Tipo de Licitação: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2016. VALOR R\$: 19.977,72.
Objeto: Aquisição de 238 livros sobre o Novo Código de Processo Civil. O Defensor Público Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Estadual nº 104/2012 e de acordo com o disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, torna público, a quem interessar possa, que homologa e ratifica o parecer técnico e jurídico que opinou pela inexigibilidade de licitação nos termos do disposto no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, para contratação da empresa Editora Jurídica da Bahia Ltda, CNPJ: 06.179.157/0003-74, para a aquisição de 238 livros sobre o Novo Código de Processo Civil. João Pessoa/PB, 09/05/2016.

VANILDO OLIVEIRA BRITO
Defensor Público Geral

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA SUPERINTENDÊNCIA DE OBRAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADOS DE JULGAMENTOS CONCORRÊNCIA Nº 23/2015

Após análise e configuração da proposta de preços apresentada pelo licitante habilitado [DESEMPATE FICTO] a CPL/SUPLAN, por UNANIMIDADE de seus Membros, chegou ao seguinte resultado de Classificação: EMPRESA CLASSIFICADA: SG INCORPORAÇÃO CONSTRUÇÃO E PLANEJAMENTO LTDA EPP COM VALOR DE R\$ 1.589.917,39. O processo encontra-se na CPL/SUPLAN.

CONCORRÊNCIA Nº 24/2015

Após análise e configuração das propostas de preços apresentadas pelos licitantes habilitados a CPL/SUPLAN, por UNANIMIDADE de seus Membros, chegou ao seguinte resultado de Classificação: EMPRESAS CLASSIFICADAS para o LOTE I (ESCOLA E.E.F.M. PRESIDENTE JOÃO PESSOA): 1º LUGAR - RTS - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA COM VALOR DE R\$ 381.242,58; 2º LUGAR - CONSTRUTORA CBR LTDA ME COM VALOR DE R\$ 402.492,50; 3º LUGAR - ARTÍCUL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP COM VALOR DE R\$ 415.096,56; 4º LUGAR - CONSTRUTORA COSTA DO SOL EIRELI COM VALOR DE R\$ 416.026,04; 5º LUGAR - ENE - EMPRESA NACIONAL DE ENGENHARIA EIRELI COM VALOR DE R\$ 417.977,36; 6º LUGAR - CONSTRUTORA ECON EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA COM VALOR DE R\$ 424.600,41; 7º LUGAR - CONSTRUTANTAS CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA COM VALOR DE R\$ 428.936,19. EMPRESAS DESCLASSIFICADAS: BETA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP - R\$ 152.016,39 pelo descumprimento do subitem

11.1 alíneas "b" e "c", COMTÉRMICA ENGENHARIA LTDA EPP - descumprimento do subitem 11.1 alínea "b". EMPRESAS CLASSIFICADAS para o LOTE II (ESCOLA MAJOR JOSÉ BARBOSA EM AROERAS): 1º LUGAR - RTS - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA COM VALOR DE R\$ 372.597,25; 2º LUGAR - CONSTRUTORA CBR LTDA ME COM VALOR DE R\$ 393.298,68; 3º LUGAR - CONSTRUTORA COSTA DO SOL EIRELI COM VALOR DE R\$ 397.044,90; 4º LUGAR - ARTÍCUL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP COM VALOR DE R\$ 405.497,68; 5º LUGAR - ENE - EMPRESA NACIONAL DE ENGENHARIA EIRELI COM VALOR DE R\$ 408.570,41; 6º LUGAR - COMTÉRMICA ENGENHARIA LTDA EPP COM VALOR DE R\$ 412.343,41; 7º LUGAR - CONSTRUTORA ECON EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA COM VALOR DE R\$ 414.837,83; 8º LUGAR - CONSTRUTANTAS CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA COM VALOR DE R\$ 419.056,55. EMPRESA DESCLASSIFICADA: BETA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP - R\$ 423.296,13 pelo descumprimento do subitem 11.1 alíneas "b" e "c". FICA desde já a empresa CONSTRUTORA CBR LTDA ME para, se assim desejar, apresentar NOVAS PROPOSTAS DE PREÇO para os LOTES I e II, obrigatoriamente abaixo do valor da empresa RTS - CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, primeira colocada, de acordo com o que dispõe os artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006. O processo encontra-se na CPL/SUPLAN.

CONCORRÊNCIA Nº 28/2015

Após análise e configuração das propostas de preços apresentadas pelo licitante habilitado [DESEMPATE FICTO] a CPL/SUPLAN, por UNANIMIDADE de seus Membros, chegou ao seguinte resultado de Classificação: EMPRESA CLASSIFICADA para o LOTE I (ESCOLA DE APLICAÇÃO): CONSTRUTORA CBR LTDA ME COM VALOR DE R\$ 133.516,31. EMPRESA CLASSIFICADA para o LOTE II (ESCOLA ANÍSIO LEÃO): CONSTRUTORA CBR LTDA ME COM VALOR DE R\$ 460.639,80. O processo encontra-se na CPL/SUPLAN.

João Pessoa, 11 de maio de 2016.
JOSÉ LUSMA FELIPE DOS SANTOS
Presidente da Comissão

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

AVISOS DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 85/2016

Objeto: Execução de obras de instalações elétricas e de automação no Sistema de Supervisão e Controle e Centro de Controle Operacional (SSC/CCO) do sistema de abastecimento de água do município de Paranaguá, com fornecimento total de materiais e equipamentos, conforme detalhado nos anexos do edital. Recursos: BNDES. Preço Máximo Admitido: R\$ 1.043.844,26. Disponibilidade do Edital: de 13/05/2016 até às 17h15 de 15/06/2016. Abertura da Licitação: 14h do dia 16/06/2016. Informações complementares: Podem ser obtidas na Sanepar à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 - Curitiba/PR, Fones (41)3330-3910/3330-3128 ou Fax (41)3330-3910/3330-3128 ou pelo site <http://licitacao.sanepar.com.br/>.

CONCORRÊNCIA Nº 88/2016

Objeto: Execução de obras de ampliação do sistema de abastecimento de água do município de Apucarana, com fornecimento total de materiais e equipamentos, conforme detalhado nos anexos do edital. Recurso: Caixa. Preço Máximo Admitido: R\$ 7.801.607,80. Disponibilidade do Edital: de 13/05/2016 até às 17h15 de 15/06/2016. Abertura da Licitação: 16h do dia 16/06/2016. Informações complementares: Podem ser obtidas na Sanepar à Rua Engenheiros Rebouças, 1376 - Curitiba/PR, Fones (41)3330-3910/3330-3128 ou Fax (41)3330-3174/3330-3200, ou pelo site <http://licitacao.sanepar.com.br/>.

LUCIANO VALERIO BELLO MACHADO
Diretor Administrativo

RESULTADOS DE JULGAMENTOS CONCORRÊNCIA Nº 14/2016

A Comissão de Licitação designada por resolução, torna público, para o conhecimento dos interessados, a habilitação da empresa Giannan Construtora de Obras Ltda, primeira classificada na fase de julgamento das propostas de preços, da referida licitação, e a declara vencedora do certame licitatório, pelo preço de R\$ 756.200,00. O inteiro teor das Atas de Julgamento das propostas e habilitação está disponível na internet, no site da Sanepar. (<http://licitacoes.sanepar.com.br>) Abre-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.

CONCORRÊNCIA Nº 17/2016

A Comissão de Licitação designada por resolução, torna público, para o conhecimento dos interessados, a habilitação da empresa SEP Engenharia Elétrica Ltda, primeira classificada na fase de julgamento das propostas de preços, da referida licitação, e a declara vencedora do certame licitatório, pelo preço de R\$ 145.550,00. O inteiro teor das Atas de Julgamento das propostas e habilitação está disponível na internet, no site da Sanepar. (<http://licitacoes.sanepar.com.br>) Abre-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.

CONCORRÊNCIA Nº 19/2016

A Comissão de Licitação designada por resolução, torna pública, para o conhecimento dos interessados, a habilitação da empresa Terrassas Saneamento e MND Ltda, primeira classificada na fase de julgamento das propostas de preços, da referida licitação, e a declara vencedora do certame licitatório, pelo preço de R\$ 1.395.000,00. O inteiro teor das Atas de Julgamento das propostas e habilitação está disponível na internet, no site da Sanepar. (<http://licitacoes.sanepar.com.br>) Abre-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.

CONCORRÊNCIA Nº 48/2016

A Comissão de Licitação designada por resolução, comunica aos interessados que após a análise da documentação apresentada pelas proponentes no Envelope Nº 1 da Licitação supracitada, apresenta a seguinte classificação: Empresas Classificadas: 1º In-Tech Automação e Sistemas Ltda. R\$ 155.000,00; 2º Polaris Automação de Sistemas Ltda. R\$ 164.515,00. O inteiro teor da Ata da Sessão Pública de Abertura das Propostas está disponível na USAQ e na Internet no site da Sanepar: <http://licitacoes.sanepar.com.br>. Abre-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente, e comunica que no dia 20/05/2016 às 10h, na Unidade de Serviços de Aquisições - USAQ da Sanepar, na Rua Engenheiros Rebouças, 1376 - Curitiba - PR, estará realizando a sessão de abertura das habilitações - envelope nº 2, da licitação em referência.

JOÃO HENRIQUE RIBEIRO DO PRADO
Presidente da Comissão

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

AVISOS DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2016

Processo nº 140287717. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Açúcar cristal, Açúcar extra fino, Biscoito Cookie Integral com Castanha do Pará /ou Caju sem Glúten, Fubá de Milho Comum, Leite em pó Integral e Instantâneo, Macarrão curva bengala - sêmola com ovos; Polvilho Doce; Sal não refinado iodado (marinho) , para atender o Programa Estadual de Alimentação Escolar. Data: 25/05/2016. Horas: 09:30 hs. Valor Máximo Admissível de R\$ 10.503.450,00 (dez milhões, quinhentos e três mil e quatrocentos e cinquenta reais). O edital encontra-se à disposição no portal ou www.licitacoes-e.com.br - PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada e o nº da licitação.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2016

Processo nº 140320900. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios - Ovos de Galinha (branco ou vermelho - até tipo 2) , para atender o Programa Estadual de Alimentação Escolar. Data: 25/05/2016. Horas: 14:30 hs. Valor Máximo Admissível de R\$ 6.867.740,00 (seis milhões, oitocentos e sessenta e sete mil e setecentos e quarenta reais). O edital encontra-se à disposição no portal ou www.licitacoes-e.com.br - PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada e o nº da licitação.

Curitiba-PR, 10 de maio de 2016
MARIA BETANIA ALVARES DE ALMEIDA
Pregoeira e Presidente da Comissão
Permanente de Licitação

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO SARA-PE

RESULTADO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2016-CEL II

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016-CEL II - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2016-CEL II - OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para execução dos serviços de engenharia para a reforma do Galpão da Faculdade de Ciências Agrárias de Araripina-FACIAGRA para instalação de três laboratórios e salas de vídeo conferência, localizado na Av. Florêncio Alves Batista, S/N, Araripina-PE. HABILITADOS: 1- Construtora Jordana Ltda.; 2- Construtora Paulo Borges EIRELI-ME. INABILITADOS: Não houve. Parecer técnico e ata de julgamento constante nos autos do processo. Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, com vistas franqueadas aos autos na sala da CEL-SARA. Fica desde logo marcada, caso não haja recurso administrativo, a sessão para abertura dos envelopes de propostas de preços e prosseguimento do certame para o dia 20/05/2016 às 10:00h na sala de reunião na sede da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SARA), sito à Av. Caxangá, 2.200, Cordeiro, Recife-PE.

Em, 11 de maio de 2016
ROBERTA ROCHA BARROS COELHO
Presidente da CEL II-SARA